FOTOGRAFIAS IDENTITÁRIAS: GOVERNAMENTALIDADE E PEDAGOGIZAÇÃO DA CIDADE

Aristóteles de Paula Berino[1]

Resumo

Em contraste com a metáfora do "olho do poder", que serviu para apresentar o pan-óptico como uma mecânica da capacidade de ver, buscando assegurar a vigilância dos indivíduos no interior de uma instituição, este estudo propôs, a partir do conceito de *governamentalidade*, discutir como a obra de Foucault nos oferece uma perspectiva de investigação diante do aparecimento das políticas do pan-óptico na contemporaneidade, que se transformam agora em ponto de gravidade das propostas de pedagogização da cidade. Considerando que na sociedade brasileira, particularmente na territorialização das grandes cidades, as presenças e a vitalidade da população são problematizadas, sobretudo, de forma segmentada e mediante as concepções de desordem urbana, segurança pública, patrimônio e propriedade, as atribuições identitárias se prestam a uma política de localização, fixação e controle. Foi o propósito deste estudo discutir como a governamentalização das identidades, virtualmente alcançadas através de políticas de imagem, consiste em uma inescapável questão no debate atual sobre o reconhecimento das diferenças.

A visibilidade é uma armadilha.
Michel Foucault (1991, p. 177)

[1] Professor Adjunto da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Doutor em Educação pela (UFF) e atualmente realizando estágio de pós-doutorado no ProPed/UERJ, orientado pela Profª. Drª. Nilda Alves. Membro do GRPESQ *Currículos, redes educativas e imagens.* Também membro do GRPESQ *Estudos Culturais em Educação e Arte* e do LEAFRO (Neabi – UFRRJ). Leciona no Departamento de Educação e Sociedade do Instituto Multidisciplinar (IM/UFRRJ/Nova Iguaçu) e no Programa de Pós Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEduc/UFRRJ). E-mail: berino@ufrrj.br

O DESASSOSSEGO QUE FOUCAULT NOS CAUSA

Duas histórias que precedem.

Na ocasião em que desenvolvia minha pesquisa para um doutoramento em Educação[2], um comentário muito sintético, feito pelo meu orientador, o Prof. Luis Antonio Baptista[3], deixou uma lição inesquecível para mim, que reproduzo aqui: "Foucault não deixa ninguém sossegado". Não me recordo agora qual questão exatamente discutíamos, mas seu comentário a respeito do pensamento de Foucault, feito naquele instante para responder alguma inquietação do seu orientando, foi estimulante para a continuidade do meu trabalho. Mas, sobretudo, suas palavras permaneceram como uma impressão duradoura do filósofo francês: Foucault não é mole não... Nas esquinas (um Sócrates das esquinas...), no ponto em que o pensamento dobra para buscar o caminho querido, lá poderá está Foucault com as questões que propôs, seus escritos e os incômodos que produz.

Incômodo que, particularmente para mim, está relacionado à minha própria biografia de estudante e pesquisador. Mais uma vez a oportuna lembrança do Prof. Luis Antonio: em um táxi, na corrida para chegar ao local que pretendia e ainda aproveitar o trajeto para me dizer alguma coisa tocante, diante da minha solicitada orientação, disse, sem imprimir qualquer surpresa (ou censura) algo sobre o meu uso "marxista" de Foucault. Um Foucault marxista: esse era o autor da História da Sexualidade que existia para mim.

[2] Cf. BERINO, Aristóteles. **A economia política da diferença**. São Paulo: Cortez, 2007.
[3] Professor Titular do Departamento de Psicologia do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Marxista e foucaultiano, isso é possível?![4] Ele desceu do carro e continuei, agora sozinho, até o local mais adiante do meu destino. Meditava: há um Foucault que pertence a minha leitura e meu interesse.

Uma breve reminiscência para combinar com o virtual leitor deste texto[5] o tipo de apropriação que faço de Foucault. Talvez para qualquer um, mas com certeza para um marxista, Foucault é puro desassossego. Um desassossego bem-vindo para a inquietação que, acredito, está (ou deveria estar) presente na alma (ou no corpo...) de todo marxista. A leitura de Foucault faz de um marxista um "marxista de mochilas". Como aqueles caras (meninas também) que andam pela cidade com uma mochila enorme nas costas – que parecem andar muito e estão sempre dispostos a ficar uma noite em qualquer canto – incomodando nos espaços restritos. Nas ruas estreitas, se estão parados já são um empecilho para passar batido por eles. Se giram o corpo, podem esbarrar em alguma coisa, derrubar algo ou mesmo quebrar.

O OLHO DO PODER

Foucault, em *Vigiar e punir* (1991) e em uma entrevista intitulada O olho do poder (idem, 2000b)[6], discute a fabulação de um utópico projeto de vigilância chamado panoptismo. Trata-se de um engenho-mirante que permitiria a um observador,

[4] Para o Luis, creio, a afirmação de ser "marxista", "foucaultiano", etc., é, principalmente, uma bobagem (ou pelo menos desnecessária). Em um artigo recente ele escreveu, quando discute o documentário *Edifício Máster,* de Eduardo Coutinho: "Os sem-comunidade do Edifício Máster recusam o brilho da diferença; o que comove, e nos faz pensar, é a intensidade impessoal de suas histórias; a impessoalidade que descentra de uma vida em particular a origem e a propriedade de quem a contou. No Máster, narrativas impessoais convida-nos a usá-las, e a continuar contando-as artesanalmente. Nos apartamento de Copacabana, *rastros de eu ou do coletivo homogêneo são ofuscados pela passagem da cidade incansavelmente usada, porém não esgotada*" (Baptista, 2008. 63, grifo nosso).

[5] Uma versão preliminar deste texto, com o título *Governamentalidade e educação – O "olho de Foucault" diante das políticas de identidade para o currículo na contemporaneidade*, foi apresentado no I Colóquio Nacional Michel Foucault: Educação, Filosofia, História – Transversais, na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), em setembro de 2008.

[6] Na verdade, mais do que uma entrevista, é uma conversa com o escritor Jean-Pierre Barou e a historiadora Michelle Perrot.

ininterruptamente, a partir de uma torre central, a visão privilegiada dos internos de uma instituição, localizados em celas construídas em um anel periférico do edifício. Tudo amparado em um projeto arquitetônico que permitia o aproveitamento calculado da luz para iluminar os espaços (com o efeito da contraluz) e vigiar os trancados: os loucos, os doentes, os encarcerados, os operários ou os escolares. Como sabemos, a idéia desta tecnologia do poder, o *panopticon*, é apresentada por Jeremy Bentham, no final do século XVIII. Não foi o primeiro a conceber o seu uso, mas foi o jurista inglês quem formulou e nomeou o pan-óptico[7], conta Foucault (idem, p. 211).

Para o desenvolvimento da minha reflexão neste trabalho, gostaria de expor uma original característica do pan-óptico como tecnologia do poder. Trata-se de um dispositivo que "automatiza e desindividualiza o poder":

> Pouco importa, conseqüentemente, quem exerce o poder. Um indivíduo qualquer, quase tomado ao acaso, pode fazer funcionar a máquina: na falta do diretor, sua família, os que o cercam, seus amigos, suas visitas, até seus criados. Do mesmo modo que é indiferente o motivo que o anima: a curiosidade de um indiscreto, a malícia de uma criança, o apetite de saber de um filósofo que quer percorrer esse museu da natureza humana, ou a maldade daqueles que têm o prazer em espionar e em punir. Quanto mais numerosos esses observadores anônimos e passageiros, tanto mais aumentam para o prisioneiro o risco de ser surpreendido e a consciência inquieta de ser observado. O Panóptico é uma máquina maravilhosa que, a partir dos desejos mais diversos, fabrica efeitos homogêneos de poder (FOUCAULT, 1991, p. 179).

Diferente, então, das formas precedentes dominantes de elaboração do poder, condições que geralmente exigiam o apartamento total dos indesejáveis ou a presença (a visualidade) de um indivíduo que traduzisse a autoridade cumprida, com o pan-óptico, o que se deseja é alcançar uma economia (e uma pedagogização) do poder. A meta é incluir

[7] Preferi fazer uso da grafia *pan-óptico,* como é indicada no Dicionário Houaiss. Embora, também seja comum no Brasil, o uso da grafia *panóptico.*

mais do que excluir e fazer fluir o domínio no lugar de preferir apenas a estática, característica do Antigo Regime, que determinava a imagética de quem exercia e sobre quem era exercido o poder. Na sociedade disciplinar, a rejeição e o exílio são substituídos pelo "bom treinamento" (ibidem, p. 175), enquanto a autoridade do poder é relativamente despersonalizada, uma vez que pode ser sistematicamente executado por pessoas previamente escolhidas, mas eventualmente realizadas por qualquer um.

> Não se tem neste caso uma força que seria inteiramente dada a alguém e que este alguém exerceria isoladamente, totalmente sobre os outros; é uma máquina que circunscreve todo mundo, tanto aqueles que exercem o poder quanto aqueles sobre os quais o poder se exerce. Isso me parece ser a característica das sociedades que se instauram no século XIX. O poder não é substancialmente identificado com um indivíduo que o possuiria ou que o exerceria devido a seu nascimento; ele torna-se uma maquinaria de que ninguém é titular (FOUCAULT, 2000, p. 219).

O *PANOPTICON* NA ERA DO OLHAR DIGITAL

Partindo das questões do poder (e das resistências) evidentes na contemporaneidade, é notável que o projeto do pan-óptico já se ocupasse com a "localização", como uma tarefa muitas vezes preferível (ou pelo menos possível...) à alternativa remoção ou exclusão. A mecanização do poder é um motor que ajuda a deslizar a identidade da autoridade para uma hierarquia mais distribuída no desempenho do controle. No pan-óptico de Jeremy Bentham, a garantia que o sistema funciona é dada por uma engenharia e uma arquitetura prótese do olhar humano que amplifica a oportunidade de dirigir, fitar, observar, interpretar e tomar conta de alguém até o ponto onde a visão pode alcançar. Então, o vigiado está virtualmente contido. A intenção é *boa*, pedagógica:

> A importância da dissuasão, muito enfatizada no texto de Bentham: "É preciso, diz ele, estar incessantemente sob o olhar de um inspetor; isto na verdade significa perder a capacidade de fazer o mal e quase perder o pensamento de querê-lo"; nós estamos no âmago da Revolução: impedir as pessoas de fazerem o mal, tirar-lhes o desejo de cometê-lo; tudo poderia ser assim resumido: não poder e não querer (FOUCAULT, 2000, p. 217).

E se olhar for extraído de uma máquina digital de fotografias?

> Um programa pode render um flagrante indesejado para quem circular de carro pela Barra atrás de prostitutas ou travestis (...). O coordenador da operação Barrabacana, subsecretário estadual do governo Rodrigo Bethlem, anunciou que equipes passarão a fotografar os veículos de quem procurar pelos serviços de moças e rapazes, sobretudo na Avenida Lúcio Costa e na Praça do Ó (...). Segundo Rodrigo Bethlem, esse foi o recurso encontrado pelo governo para tornar mais eficiente a repressão que já vinha sendo feito pela operação Barrabacana à prostituição na orla, considerada indesejável por gerar impacto negativo à imagem da cidade e contribuir com a desordem urbana. Na falta de instrumentos legais para impedir os programas, as equipes de fiscalização querem sufocar a prostituição desestimulando os usuários (...). Bethlem argumenta que a presença de prostitutas na orla e em pontos turísticos incomoda moradores e passa uma imagem errada da cidade para quem está de visita. O uso das máquinas será aleatório e em dias sem prévio aviso, para não atrapalhar o trabalho de repressão (BASTOS, 2008: 18).

Para o ressuscitado Bentham, o subsecretário estadual de governo Bethlem[8], a cidade é outra coisa, diferente da imagem errada que prostitutas, travestis e amantes ("usuários"), segundo ele, transmitem. Na reportagem, publicada no jornal *O Globo*, Bethlem é mostrado simulando como a repressão deve acontecer: ele está com uma máquina digital em punho, mirando o visor de LCD, onde a cena imprópria pode ser enquadrada e seus participantes flagrados. Interessante porque o que vale não é o que é visto pelo olhar do vigilante. Para as criaturas indesejáveis da cidade, isso não persuade. O risco de ser observado não deixa inquieta a consciência, como imaginava Bentham. A

[8] Atualmente, Rodrigo Bethlem é Secretário Municipal de Ordem Pública do Rio de Janeiro. Envolvido em uma campanha chamada "choque de ordem", é comum sua aparição nos meios de comunicação com a imagem de "xerife do Rio".

suposta pedagogia do olhar só será eficaz – capaz de demover um comportamento através do "bom treinamento" – se existir o constrangimento da imagem ser guardada pelo Estado e eventualmente utilizada:

> Os objetivos, diz Bethlem, são minar a atividade afugentando a clientela, já que a prostituição não é crime; e criar um banco de dados que poderá ser consultado pela polícia em investigações sobre abuso de menores e exploração da prostituição, delitos previstos no Código Penal (...).
> – Nas operações até agora, levávamos para delegacia quem estava sem documentos, uma vez que os detidos poderiam ser menores de idade ou ainda suspeitos de crimes. Agora, além dessa abordagem, vamos fotografar os carros (ibidem).

A ILUSÃO DE ÓTICA DO PODER

O *zoom* multiplica o alcance da visão, modificando, em favor do vigia, a relativa simetria do olhar que o pan-óptico originalmente previa. Na verdade, o *detento* não tinha certeza se estava ou não sendo vigiado, mas enxergava a torre. De todo modo, capturava, com o olhar, o local da suposta vigilância. Com a prótese digital do olho fotográfico, o vigia estica a distância que pode "ver", distanciando sem precisar revelar a plataforma de onde arma o seu olhar. Mas existe ainda outra diferença fundamental. Desta vez, em favor do vigiado. É que o pan-óptico de Bentham acontecia nas dependências de um edifício, de uma instituição de reclusão. O vigiado de Bethlem é o "solto pela cidade". A poesia do roqueiro (ancestral e tão atual...) Serguei parece certeira para demonstrar os ricos de atração e extravio que esse pessoal exerce: *Não tenho sexo/Não tenho idade/Vivo solto pela cidade/Eu e você.*

O *panopticon* já se tratava de uma resposta à impossibilidade de fazer uso absoluto da violência. Observa Foucault (2000: 217): "Se a violência for grande, há o risco de

provocar revoltas; ou, se a intervenção for descontínua, há o risco de permitir, nos intervalos, dos fenômenos de resistência, de desobediência, de custo político elevado". No entanto, o *panopticon* também não resolvia o que queria, o resultado era só parcial: "Já não se pode confiar em ninguém se o poder é organizado como uma máquina funcionando de acordo com engrenagens complexas, em que é o lugar de cada um que é determinante, não sua natureza" (ibidem: 221). Foucault aponta para a inevitável fragilidade de um sistema de vigilância que não dispunha de uma autoridade sumária – aquilo que o rei representava no Antigo Regime – e ainda permitia a vulgarização do flagrante, já que qualquer um poderia exercer o papel de vigia. Deste modo, o poder não atingia uma estabilidade suficiente diante da complexidade que uma sociedade urbana e industrial exigia. A automatização, proporcionada pela condição de ser um "aparelho", o pan-óptico educava menos do que se esperava. Não era suficiente. Pessoas não adquirem qualidades desejadas apenas porque são olhadas por outras pessoas.

Com a máquina fotográfica, Bethlem pretende *localizar*. A pretensão de educar é residual. Agora, inexiste a utopia do *panopticon*. O que o registro fotográfico faz é *congelar* uma imagem que servirá para estipular uma identidade. Identificação útil para o Estado ameaçar uma eventual averiguação. Com adereços atrativos, travestis e putas podem ser visíveis, mas reconhecidos apenas nas ruas. Os "usuários" que mancham a imagem da cidade não são capazes de atrair tanto a atenção dos vigilantes. "Soltos pela cidade", é preciso que se pareçam com alguma coisa, é necessário identificá-los, marcar os seus rostos, corpos e carros, para somente aí *determinar* quem são. É certo que o amor não será detido. Travestis, putas e "usuários" continuarão se encontrando. Essa Barra, "bacana" (ou babaca, no sentido de ser "desprovida de interesse"), higienizada, nunca existirá. As pessoas poderão se esconder um pouco, mas nada, além disso, será obtido, é claro. Mas a

banalidade fotográfica de vigilância do subsecretário estadual de governo deixa ver algo muito relevante para a discussão sobre as políticas identitárias do Estado na contemporaneidade. Trata-se da necessidade de ver as pessoas através de uma lente terminal. Ninguém procura travestis ou putas o dia todo (só um *voyeur* com uma câmera na mão...). Ninguém é "travesti" ou "puta" o dia todo. Mas é preciso que se vejam assim. Para ter a população de uma cidade sob vigilância, o Estado hoje se articula finalizando identidades. Esta é a forma de tentar aprisionar os "soltos pela cidade".

A GOVERNAMENTALIZAÇÃO DA IMAGEM DA CIDADE

A preocupação de Bethlem com a imagem da cidade não é uma preocupação recente do Estado, evidentemente. O que é novo, de uma certa maneira, é o reconhecimento que os travestis e as prostitutas vão estar nas ruas, porque não há meios de removê-los. Há, na reportagem, um tom de resignação em relação às suas existências. Eles não vão deixar de existir, esse é o fato. O impedimento legal da remoção é um aspecto apenas secundário. O primado do problema para o Estado é que existem e vão continuar existindo. Travestis são assassinados e prostitutas são surradas, podem acabar na prisão, mas não deixam de existir. Os "usuários", a mesma coisa. Não são mais educáveis, no propósito de corrigir seus "vícios". Seriamente, ninguém pensa mais nisso como um projeto reformador da cidade. Mas a população continua como uma questão de governo. As agências (econômica, policial, administrativa, moral etc.) de poder não renunciaram a perspectiva de acompanhar os movimentos, os contatos, as trocas e a comunicação da população nas redes urbanas, ou seja, a ambição de ver, julgar e regular a vida na cidade. A

preocupação fecunda do poder continua. Qual é a questão fecunda do poder? O fato de ser "uma ação sobre ações" (Foucault, 1995: 243).

O gesto, não deixa de parecer ridículo. A idéia de fotografar "sem aviso prévio" tem a sua comicidade. Imagine o titular deste trabalho. Tente pensar na cena de ver um sujeito que sai por aí para fazer esses flagrantes fotográficos, essa "maldade daqueles que têm o prazer em espionar e em punir". Mas na rabiola de toda essa bobeira encontramos a contemporaneidade do gesto: a pretensão aguda de dirigir ações, de ser "uma ação sobre ações". A ameaça de ser encontrado nas condições expostas, isto é, abordando um travesti ou uma prostituta, cria uma suposição identitária para o objeto da ação fotográfica. Que homem (pai de família? saudável? precisa de ajuda? anormal? a vida pessoal ou em família não vai bem?) se encontraria em tal situação? A proposta do feixe fotográfico – de governamentalização da imagem – é de levar o indivíduo a pensar sobre quem é. Dúvida, meditação ou questionamento que deverá desenhar uma diferença. Se alguma disparidade for admitida, resta, então, saber qual é a identidade. Se não abusa de menores ou explora a prostituição, provavelmente não terá problemas com a lei. Mas uma identidade haverá de existir. Ou não estaria ali para ser fotografado.

Uma identidade finalmente dá visibilidade ao "usuário" anônimo. Visibilidade que permitirá, mais do que seu "fichamento", recolhido individualmente no armário de uma repartição, sua identificação pública intramuros da cidade. O usuário pertence agora ao "coletivo homogêneo" que nos fala Luis Antonio Baptista[9]. Se a liga exposição-fotografia-diferença-visibilidade pega, acontece a *governamentalidade* como arte de governar:

[9] Ver nota 4.

> E com essa palavra quero dizer três coisas:
> 1- o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer esta forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança.
> 2- a tendência que em todo o Ocidente conduziu incessantemente, durante muito tempo, à preeminência deste tipo de poder, que se chama de governo, sobre todos os outros – soberania, disciplina, etc, - e levou ao desenvolvimento de uma série de aparelhos específicos de governo e de um conjunto de saberes.
> 3- o resultado do processo através do qual o Estado de justiça da Idade Média, que se tornou nos séculos XV e XVI Estado administrativo, foi pouco a pouco governamentalizado (Foucault, 2000a: 291/292).
> Passa-se de uma arte de governar, cujos princípios foram tomados de empréstimo às virtudes tradicionais (sabedoria, justiça, liberalidade, respeito às leis divinas e aos costumes humanos) ou às habilidades comuns (prudência, decisões refletidas, cuidado para se cercar de melhores conselheiros), a uma arte de governar cuja racionalidade tem seus princípios e seu domínio de aplicação específico no Estado (idem, 1997, p. 82-83).

A GOVERNAMENTALIZAÇÃO DAS IDENTIDADES: O CURRÍCULO COMO *BANCO DE DADOS*

"Um banco de dados que poderá ser consultado pela polícia" é o que Bethlem ameaça de forma intimidatória. Uma coleção de registros, feita através de imagens fotográficas, para possível *identificação* posterior. Melhor mesmo não "parar" neste banco de dados. Mas para as tecnologias/pedagogias do poder, saber que esse pode ser o destino das nossas andanças amorosas pela cidade, é recolher os prazeres à atenção das identidades. Mesmo evitando frequentar tal "banco de dados", tomando os cuidados necessários, o fato de estar preocupado com isso já realiza a pretensão de fixação identitária que quer o poder. *Sou aquele que deixa a cidade mais feia, a parte suja da vida?* O poder é a pulga atrás da orelha. Aqui a governamentalidade como arte de governar é imagética: ela conduz o olhar a *reconhecer*, como forma terminal da nossa existência, o que supostamente corresponde à *fotografia* flagrada – aquilo que nos dá uma imagem

paralisada, supostamente *verdadeira* de nós mesmos. Na verdade, não é fotografia que "prova" o que somos, mas a admissão que essa fotografia pode ser feita, que podemos ser *revelados*. Então, quando isso acontece, é o poder que enche o nosso peito de ar.

O percurso que percorri com o texto tem início com a questão do pan-óptico, tal como foi apresentada por Foucault e como hoje se atualiza diante do cuidado com a imagem da cidade e da visibilidade que se deseja impor às pessoas. O Estado maneja um interesse assimétrico a respeito das representações visuais que decide lapidar. A cidade deve possuir um aspecto sem contrastes. Mas, contraditoriamente, isso só é possível, com a existência dos "soltos pela cidade", se os indivíduos puderem ser vistos e os indesejáveis identificados através da diferença. A "diferença", para o Estado, é tranquilizadora. É o que acontece quando o indivíduo adquire uma identidade governamentalizada, isto é, uma identidade acompanhada (percebida, observada, rodeada, assistida, assimilada, seguida) pelo Estado.

Também as políticas de identidade para o currículo podem obedecer à mesma racionalidade do "banco de dados", feito do pan-óptico de Bethlem. Antes da admissão ansiosa, orgulhosa e exultante de que correspondem, definitivamente, a uma política democrática do Estado e de um revés sumário imposto pelos movimentos sociais, trata-se de políticas que precisam ser analisadas sob o prisma vivo dos envolvimentos do poder:

> Uma coisa me impressiona: utiliza-se muito, em certos discursos políticos, o vocabulário das relações de força; a palavra "luta" é uma das que aparecem com mais freqüência. Ora, parece-me que se hesita às vezes em tirar as conseqüências disto, ou mesmo em colocar o problema que está subentendido neste vocabulário: isto é, é preciso analisar estas "lutas" como as peripécias de uma guerra, é preciso decifrá-las por um código que seria o da estratégia e o da tática? A relação de forças na ordem da política é uma relação de guerra? Pessoalmente, no momento não me sinto pronto para responder afirmativa ou negativamente de forma definitiva. Só acho que a pura e simples afirmação de uma "luta"

> não pode servir de explicação primeira e última para a análise das relações de poder. Este tema da luta só se torna operatório se for estabelecido concretamente, e em relação a cada caso, quem está em luta, a respeito de que, como se desenrola a luta, com quais instrumentos e segundo que racionalidade. Em outras palavras, se o objetivo for levar a sério a afirmação de que a luta está no centro das relações de poder, é preciso perceber que a brava e velha "lógica" da contradição não é de forma alguma suficiente para elucidar os processos reais (FOUCAULT, 2000, p. 226)

A "armadilha da visibilidade" ronda o currículo chamado multicultural quando este propõe reconhecer as diferenças sem discutir a governamentalização das identidades e as racionalidades do Estado, associadas à produção do conhecimento (e do sujeito) escolar. Certamente, é preciso distinguir a luta do direito à diferença, promovida na autonomia (sempre relativa, é claro) dos movimentos sociais diversos das políticas institucionalizadas pelo Estado, que correm o risco de transportar interesses exógenos à originalidade e autenticidade das lutas de reconhecimento. É o que podemos assistir como as políticas de segurança, que servem mais a um conceito de bem estar restritivo da vida na cidade. O uso do pan-óptico e a preocupação com a criação de *bancos de dados* imagéticos nos conduzem a essa reflexão. Afirmar identidades no cerne das lutas que propõe a nação como uma comunidade política democrática, emancipada e autônoma, é uma agenda incontornável da sociedade brasileira. No entanto, diante das agências do poder, se a aproximação não é a do casamento (para alguns é...), para levar a sério seu enredo, é melhor não facilitar. Sorria, você pode estar sendo fotografado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAPTISTA, Luis Antonio. **Walter Benjamin e os anjos de Copacabana**. *Revista Educação Especial – Biblioteca do professor:* Benjamin pensa a educação. São Paulo, v. 7, p. 60 – 69, mar. 2008.

BASTOS, Isabela. **Sorria: você pode sair mal na foto.** *O Globo.* Rio de Janeiro, 2 ago. 2008. Caderno Rio, p. 18.

FOUCAULT, Michel. **A governamentalidade**. In: *Microfísica do poder.* 15ª. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000a.

_____. **O olho do poder.** In: *Microfísica do poder.* 15ª. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000b.

_____. **"O sujeito e o poder".** In: RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert. *Michel Foucault. Uma trajetória filosófica:* para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231 – 249.

_____. *Resumo dos cursos do Collège de France:* (1970-1982). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

_____. *Vigiar e punir*: nascimento da prisão. 9ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.